

ENTRE O FATO POLÍTICO E O FATO CIENTÍFICO: DITADURA MILITAR E O FLORESCIMENTO DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA

Dayvison Wilson Bento da Silva¹

Resumo:

Este estudo investiga os impactos da ditadura militar brasileira na conformação de modelos específicos de produção científica, tendo como objeto a gênese da ciência política no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980. Parte-se da hipótese de que a institucionalização da disciplina decorreu da confluência entre o contexto político-econômico – caracterizado pela Guerra Fria e pela ditadura militar brasileira – e a atuação de instituições privadas de fomento à pesquisa, com destaque para a Fundação Ford. A pesquisa adota uma abordagem sociológica, qualitativa e histórico-analítica, orientada pela articulação entre os campos acadêmico e político. As estratégias metodológicas compreendem a análise das trajetórias de autores centrais no processo de institucionalização da ciência política, a revisão crítica da literatura especializada sobre o desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil e a investigação do papel desempenhado por instituições de fomento nacionais e internacionais na orientação das agendas científicas. Sustenta-se que a ciência política brasileira não apenas incorporou paradigmas externos, mas os ressignificou a partir dos dilemas e especificidades do contexto nacional, contribuindo para a construção de um campo disciplinar comprometido com a modernização do saber político no Brasil, ao mesmo tempo em que se alinhava, em parte, às prioridades ideológicas e institucionais do campo científico norte-americano – fenômeno que se denomina nacionalização das premissas do neo-institucionalismo. Assim, este estudo busca contribuir para o aprofundamento da compreensão das interações entre os campos intelectual e político que influenciaram a formação das disciplinas acadêmicas no país.

Palavras-chave: ciência política; guerra fria; ditadura militar; neo-institucionalismo; marxismo.

Between the Political Fact and the Scientific Fact: The Military Dictatorship and the Flourishing of Brazilian Political Science

Abstract:

This study investigates the impacts of the Brazilian military dictatorship on the shaping of specific models of scientific production, focusing on the genesis of political science in Brazil between the 1960s and 1980s. The research begins with the hypothesis that the institutionalization of the discipline resulted from the convergence between the political-economic context, characterized by the Cold War and the Brazilian military dictatorship, and the actions of private research-funding institutions, particularly the Ford Foundation. The study adopts a sociological, qualitative, and historical-analytical approach, guided by the articulation between the academic and political fields. The methodological strategies include the analysis of the trajectories of key authors involved in the institutionalization of political science, a critical review of the specialized literature on the development of Social Sciences in Brazil, and an

¹Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), é mestre em Sociologia e doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Atua nas áreas de sociologia da cultura e dos intelectuais. Integra o Núcleo de Pesquisas do CNPq "Capitalismo, Colapso e Utopia" e desenvolve estudos sobre as relações entre os campos científico e político-econômico, com ênfase nas agências de fomento à pesquisa e nos impactos da ditadura civil-militar e da Guerra Fria no desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. E-mail: dayvison.silva@usp.br

Entre o fato político e o fato científico.

examination of the role played by national and international funding agencies in shaping scientific agendas. The argument advanced is that Brazilian political science not only incorporated external paradigms, but reinterpreted them in light of national dilemmas and specificities, contributing to the construction of a disciplinary field committed to the modernization of political knowledge in Brazil, while simultaneously aligning, to some extent, with the ideological and institutional priorities of the North-American scientific field, a phenomenon referred to here as the nationalization of neo-institutionalist premises. Thus, this study seeks to contribute to a deeper understanding of the interactions between the intellectual and political fields that influenced the formation of academic disciplines in the country.

Keywords: political science; Cold War; military dictatorship; neo-institutionalism; Marxism.

Entre el hecho político y el hecho científico: La dictadura militar y el florecimiento de la ciencia política brasileña

Resumen:

Este estudio investiga los impactos de la dictadura militar brasileña en la conformación de modelos específicos de producción científica, teniendo como objeto la génesis de la ciencia política en Brasil entre las décadas de 1960 y 1980. Se parte de la hipótesis de que la institucionalización de la disciplina resultó de la confluencia entre el contexto político-económico, caracterizado por la Guerra Fría y la dictadura militar brasileña, y la actuación de instituciones privadas de financiamiento a la investigación, con destaque para la Fundación Ford. La investigación adopta un enfoque sociológico, cualitativo e histórico-analítico, orientado por la articulación entre los campos académico y político. Las estrategias metodológicas incluyen el análisis de las trayectorias de autores centrales en el proceso de institucionalización de la ciencia política, la revisión crítica de la literatura especializada sobre el desarrollo de las Ciencias Sociales en Brasil y la investigación del papel desempeñado por instituciones de fomento nacionales e internacionales en la orientación de las agendas científicas. Se sostiene que la ciencia política brasileña no solo incorporó paradigmas externos, sino que los resignificó a partir de los dilemas y especificidades del contexto nacional, contribuyendo a la construcción de un campo disciplinar comprometido con la modernización del conocimiento político en Brasil, al mismo tiempo que se alineaba, en parte, con las prioridades ideológicas e institucionales del campo científico norteamericano; fenómeno que se denomina nacionalización de las premisas del neo-institucionalismo. Así, este estudio busca contribuir al avance de la comprensión sobre las interacciones entre los campos intelectual y político que influyeron en la formación de las disciplinas académicas en el país.

Palabras clave: ciencia política; Guerra Fría; dictadura militar; neo-institucionalismo; marxismo.

Introdução

O processo de consolidação da ciência política no Brasil, desde sua formação inicial até a sua posterior institucionalização e expansão, desenvolveu-se integralmente durante o período do regime militar (Keinert; Silva, 2010). Tal constatação histórica abre relevantes possibilidades de investigação acerca das articulações entre o desenvolvimento do projeto científico da área e as transformações de ordem

social, econômica e política desencadeadas pelo golpe civil-militar de 1964. Mais do que um dado temporal, trata-se de um problema sociológico: o das condições sociais e políticas de possibilidade da própria emergência da disciplina no país.

Em campos do saber com trajetória acadêmica mais longa, como a história e a sociologia, é possível identificar mudanças paradigmáticas e teórico-metodológicas operadas em resposta ao novo contexto político. No caso da ciência política, contudo, o desafio apresenta natureza distinta: trata-se de apreender de que maneira o regime militar incidiu sobre a constituição da identidade disciplinar do campo já em seu momento fundacional. Nesse sentido, esta pesquisa propõe um exame analítico dos efeitos do golpe de 1964 sobre o espaço intelectual brasileiro, com foco em uma disciplina que emergiu e se estruturou inteiramente sob uma autocracia burguesa (Fernandes, 1976).

Parte significativa da literatura sobre a área privilegiou explicações centradas nas dinâmicas internas do campo acadêmico, enfatizando processos de diferenciação disciplinar, profissionalização e institucionalização universitária. Sem desconsiderar tais dimensões, este trabalho parte do pressuposto de que a constituição da ciência política brasileira não pode ser plenamente compreendida sem a incorporação sistemática dos condicionantes políticos e econômicos que moldaram o período.

Diferentemente dos balanços que confinam a análise do subcampo da ciência política aos seus marcos institucionais e à sucessão de temas e paradigmas, o enfoque aqui desenvolvido busca compreender as interações entre as esferas da política e da ciência durante o processo de formação e institucionalização da disciplina no Brasil. O objetivo é entender como a produção científica dialoga e se relaciona com as transformações sociais vividas pelo país naquele período. Assim, uma análise sócio-histórica do surgimento de um projeto científico voltado para a autonomização e modernização do estudo da política no Brasil requer o reconhecimento das condições presentes nos campos político, econômico e intelectual a partir da década de 1960. É nesse contexto que o golpe de 1964 emerge como um ponto de ruptura em relação a um passado científico, político e econômico, representando o início de uma nova conjuntura.

A hipótese aqui sustentada é a de que o contexto político e econômico vigente, caracterizado pela polarização ideológica da Guerra Fria e pela instauração da ditadura militar no Brasil, aliado à atuação de instituições privadas de fomento à pesquisa, como a Fundação Ford, produziu condições favoráveis ao surgimento de um modelo específico de

institucionalização disciplinar. Esse modelo esteve associado à difusão de referenciais teórico-metodológicos oriundos da ciência política norte-americana, mas sua incorporação ocorreu por meio de um processo ativo de adaptação, que denomino de *nacionalização do neo-institucionalismo*.

Esse ambiente foi dinamizado por diversos fatores, entre os quais se destacam a modernização institucional decorrente da Reforma Universitária de 1968, o intercâmbio acadêmico estabelecido entre intelectuais brasileiros e o campo da ciência política nos Estados Unidos – viabilizado por meio de bolsas de estudo financiadas pela própria Fundação Ford –, e a criação de instituições acadêmicas sustentadas por recursos públicos e privados. Tais elementos foram fundamentais para a constituição de um modelo científico alinhado às novas demandas tanto do campo científico quanto das agendas políticas dominantes naquele período.

Contudo, este trabalho procura distanciar-se de duas abordagens recorrentes: de um lado, dos balanços que oferecem uma visão estritamente endógena da gênese disciplinar; de outro, das interpretações puramente externalistas, que tratam o projeto disciplinar como simples importação das diretrizes do campo norte-americano. Defende-se aqui que a recepção das teorias e metodologias norte-americanas, ao confrontarem os dilemas específicos do contexto brasileiro, passou por um processo de adaptação e reinterpretação.

Metodologicamente, a pesquisa articula reconstrução histórico-intelectual, análise de trajetórias e redes acadêmicas, revisão crítica da literatura especializada e exame do papel de instituições de fomento nacionais e internacionais. Essa estratégia permite apreender a formação da ciência política brasileira como resultado de relações dinâmicas entre estruturas acadêmicas, projetos intelectuais e constrangimentos políticos.

O artigo está estruturado em quatro movimentos principais. Inicialmente, são discutidos os antecedentes intelectuais e os debates sobre a formação da ciência política no Brasil, com ênfase nas disputas em torno de sua periodização e identidade disciplinar. Em seguida, analisam-se os condicionantes internacionais e nacionais que incidiram sobre a gênese da área, destacando o papel da Fundação Ford, da Guerra Fria e das transformações institucionais promovidas pela ditadura militar. Na terceira parte, examina-se o processo de circulação, recepção e reelaboração de referenciais teórico-metodológicos oriundos da ciência política norte-americana, compreendido aqui como um movimento de nacionalização do neo-institucionalismo. Por fim, as considerações finais retomam o argumento central,

ênfatizando o caráter historicamente situado, relacional e contraditório da institucionalização da ciência política no Brasil.

Antecedentes intelectuais e debates sobre a formação da ciência política no Brasil

A investigação acadêmica acerca da constituição da ciência política no Brasil, independentemente dos métodos analíticos e dos objetivos teóricos empregados, tende a estabelecer um diálogo crítico com o estudo clássico de Lamounier (1982). Conforme observa Lessa (2011), a principal contribuição dessa obra consistiu na definição de um marco temporal para o surgimento e consolidação da disciplina no país, situando tal processo entre meados da década de 1960 e o início dos anos 1980. Essa delimitação cronológica foi amplamente incorporada por distintos pesquisadores do campo, como Miceli (1989), Forjaz (1997), Keinert (2009) e Jackson e Barbosa (2017), consolidando-se como uma referência interpretativa predominante nas análises sobre a trajetória institucional da ciência política no Brasil.

A fixação dessa periodização, à semelhança de outras propostas em diversos balanços acadêmicos no campo das ciências humanas, constitui-se como uma construção intelectual voltada à sistematização e à legitimação de um projeto científico de afirmação disciplinar, do qual Bolívar Lamounier foi um dos principais expoentes. Todavia, para além das motivações associadas à defesa desse projeto, tal delimitação temporal oferece uma distinção analiticamente produtiva entre a história de longa duração e a de curta duração da ciência política no Brasil (Lessa, 2011).

A longa duração remete a uma tradição brasileira de pensamento político que inclui autores de períodos anteriores, como Oliveira Vianna, Álvaro Vieira Pinto, Nunes Leal, Azevedo de Amaral e Alberto Torres, entre outros. Esses intelectuais já demonstravam uma preocupação sistemática com as questões políticas nacionais, constituindo um repertório temático que viria a ser retomado e desenvolvido, em novas bases, pelos acadêmicos da ciência política a partir da década de 1960 (Lamounier, 1982; Keinert; Silva, 2010).

Embora haja vínculos temáticos entre as diferentes gerações de intelectuais, a ciência política de curta duração, expressão utilizada para designar a disciplina em sua configuração contemporânea, apresenta características que evidenciam uma ruptura substancial em relação aos pensadores da tradição política precedente. Mais do que se limitar à reflexão

sobre os fenômenos políticos, essa nova geração de cientistas políticos promoveu um processo de autonomização da disciplina. Tal geração é representada por figuras centrais como Wanderley Guilherme dos Santos, pioneiro da ciência política acadêmica no Rio de Janeiro, cuja atuação esteve articulada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), e Fábio Wanderley Reis, intelectual de destaque em Minas Gerais, vinculado ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP/UFMG). Esse movimento teve como objetivo consolidar a concepção segundo a qual as variáveis políticas deveriam ser analisadas como entidades autônomas, desvinculadas de condicionamentos exógenos provenientes da economia ou da sociedade (Santos, 1986; Reis, 2016).

Uma parte essencial da identidade disciplinar da ciência política no Brasil se consolidou a partir do esforço para se distinguir tanto do ensaísmo quanto do pensamento sociológico, especialmente aquele associado à escola sociológica paulista vinculada à Cadeira de Sociologia I, liderada por Florestan Fernandes (Jackson; Barbosa, 2017; Keinert, 2009). Dessa forma, não bastava à nova empreitada científica dedicar-se apenas à análise da esfera política; era imprescindível, em consonância com os modelos da ciência política norte-americana, promover a autonomização do objeto de estudo, a profissionalização dos seus pesquisadores, a diferenciação metodológica e a organização em torno de instituições capazes de produzir e perpetuar um modelo próprio de cientificidade.

Essa reconstrução dos debates sobre a formação da área é fundamental para situar o argumento central deste artigo: a autonomização disciplinar não foi apenas um movimento interno do campo científico, mas um processo que se articulou de maneira profunda com transformações políticas, institucionais e internacionais que marcaram o Brasil a partir da década de 1960.

Fundação Ford e Guerra Fria: condicionantes internacionais na gênese da ciência política brasileira

Esta seção analisa a atuação da Fundação Ford a partir de duas dimensões interligadas: a material, expressa no financiamento de bolsas, instituições e redes acadêmicas, e a ideológica, vinculada ao contexto da Guerra Fria, ao anticomunismo e à difusão de referenciais teóricos alinhados ao campo intelectual norte-americano. Defende-se que essas duas faces não operaram de forma separada, mas

sobrepostas, estruturando simultaneamente as condições institucionais e os horizontes cognitivos da nova disciplina.

A consolidação da ciência política no Brasil está fortemente associada ao contexto de aproximação entre o país e os Estados Unidos, especialmente durante o governo Castelo Branco (1964-1967), quando o apoio norte-americano ao golpe de 1964 teve efeitos decisivos (Netto, 2014). Essa relação estreita impactou diretamente o campo intelectual brasileiro, ao facilitar a entrada de agências estrangeiras de fomento à pesquisa. Entre elas, destaca-se a Fundação Ford, cuja atuação foi central para os processos de institucionalização e autonomização da ciência política no país (Miceli, 1993; Forjaz, 1997). Através do financiamento de intercâmbios acadêmicos, a Fundação Ford possibilitou que uma nova geração de cientistas políticos brasileiros, no final dos anos 1960, tivesse acesso direto ao modelo norte-americano de produção científica, significativamente distinto da tradição sociológica que até então predominava no Brasil (Miceli, 1989).

Além de financiar bolsas de estudo, a Fundação Ford também desempenhou um papel importante ao facilitar a vinda de professores norte-americanos para atuar no Brasil, contribuindo diretamente para a formação da nova geração de cientistas políticos (Lessa, 2011; Miceli, 1989). Os dois primeiros projetos institucionais dedicados à ciência política no país foram igualmente viabilizados com o apoio financeiro da Fundação: o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP-UFMG), criado em 1966, e o Mestrado em Ciência Política e Sociologia do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), fundado em 1969. Ambos representaram marcos fundamentais na consolidação de uma nova disciplina, moderna e alinhada aos padrões internacionais (Forjaz, 1997). Nessa dimensão, o financiamento operou como condição de possibilidade para a autonomização disciplinar, ao viabilizar infraestrutura institucional, formação especializada e inserção em circuitos acadêmicos transnacionais.

Embora a fundação tenha desempenhado um papel decisivo na consolidação da ciência política no Brasil, sua atuação também revela os paradoxos do contexto histórico em que se insere. Sua presença no país ocorreu em meio ao imperialismo cultural norte-americano durante a Guerra Fria, período em que os Estados Unidos implementaram novas formas de controle sobre a América Latina, refletindo preocupações com a difusão de modelos culturais e científicos alinhados aos seus interesses estratégicos (Ridenti, 2010). Nesse cenário, a Fundação operou como um dos mecanismos de regulação econômica e política do campo intelectual, orientando suas diretrizes e prioridades (Bourdieu & Wacquant, 2002; Chaves, 2015). Como apontam Chaves (2015), Rodrigues (2020) e Feres

Júnior (2000), o anticomunismo e outros objetivos políticos da época estiveram fortemente vinculados aos critérios de financiamento adotados pela agência na região, especialmente após a Revolução Cubana de 1959. A dimensão ideológica de sua atuação, portanto, não se limitava a preferências temáticas, mas incidia sobre os enquadramentos teóricos considerados legítimos e desejáveis no campo das ciências sociais. Sobre o impacto da revolução na política americana, sintetiza Netto (2014, p. 32):

Um fato novo situaria o intervencionismo norte-americano em outro patamar: a Revolução Cubana, triunfante em 1º de janeiro de 1959. Depois da derrubada da corrompida ditadura de Batista (1952-1958), que Washington sempre apoiou, as medidas do governo liderado por Fidel Castro, atingindo os interesses imperialistas na ilha, e em seguida apontando para a construção de uma sociedade socialista, fizeram com que os Estados Unidos elegeassem a pequena Cuba revolucionária como o alvo a ser destruído, literalmente liquidado.

A ciência política que se consolida e se institucionaliza no Brasil, impulsionada pelos investimentos da Fundação Ford, adota, entre as diversas possibilidades existentes, um modelo específico de cientificidade inspirado na tradição norte-americana. Esse modelo é fortemente influenciado pelo neo-institucionalismo e por métodos de pesquisa que se definem, em grande parte, pela rejeição ao marxismo e, de modo mais amplo, a abordagens totalizantes do pensamento social (Brandão, 2007; Lessa, 2011). É nesse ponto que se pode observar o início do processo de nacionalização do neo-institucionalismo, na medida em que tais matrizes teóricas, ao serem incorporadas, passam a ser mobilizadas para responder a problemas empíricos e dilemas institucionais específicos da realidade brasileira.

Embora estivesse alinhada aos Estados Unidos, que naquele contexto apoiavam o regime instaurado em 1964 e os governos militares no Brasil em função de seu caráter antissocialista e autoritário na gestão da ordem capitalista, a Fundação Ford financiou diversas instituições acadêmicas, entre elas o IUPERJ. Paradoxalmente, esse mesmo instituto ofereceu espaço profissional para cientistas sociais perseguidos pela ditadura, como Wanderley Guilherme dos Santos e Bolívar Lamounier, ambos figuras-chave na consolidação do Departamento de Ciência Política. Esse caso ilustra as contradições e ambiguidades presentes na gênese da ciência política no Brasil, marcada por relações complexas entre dependência externa, repressão interna e oportunidades acadêmicas abertas pela relação do país com as instituições norte-americanas.

As contradições existentes entre o apoio dos Estados Unidos à ditadura brasileira e a atuação da Fundação Ford, que aparentemente se posicionava em oposição ao regime, foram, segundo Chaves (2015), estrategicamente administradas pela própria fundação. Esta procurou estabelecer uma separação operacional entre suas iniciativas e o Departamento de Estado dos Estados Unidos, sustentando um discurso de autonomia administrativa e política em relação ao governo norte-americano. Dessa forma, a fundação construiu uma imagem pública de agência progressista, que teria acolhido intelectuais perseguidos durante a ditadura e promovido debates acerca das minorias sociais. Tal narrativa, conforme observa Rodrigues (2020), integrou-se a uma estratégia mais ampla destinada a dissociar a face repressiva e militarizada da política externa norte-americana, representada, por exemplo, pela CIA, da suposta neutralidade e benevolência de uma organização financiadora de intelectuais de esquerda e de iniciativas voltadas para grupos marginalizados.

A aproximação da Fundação Ford com grupos socialmente subalternizados contribuiu significativamente para a consolidação de sua imagem positiva, distanciando-a de uma associação direta com o governo dos Estados Unidos e despertando certa simpatia por parte da esquerda brasileira. No entanto, como aponta Rodrigues (2020), a vertente da esquerda que recebia esse apoio, como exemplifica o caso dos cientistas políticos mineiros, era majoritariamente anti-stalinista, o que a tornava mais receptiva e inclinada a aceitar os valores e interesses promovidos pelo campo norte-americano representado pela fundação.

Nesse cenário, a Fundação Ford assume um papel fundamental nas estratégias norte-americanas, especialmente por sua habilidade, já mencionada, de mascarar suas conexões políticas e econômicas. Vale destacar que a atuação da Fundação não se limitou a financiar centros de pesquisa e universidades fora dos Estados Unidos; ela também teve uma influência significativa internamente. Entre as décadas de 1940 e 1950, a Fundação foi responsável por cerca de 90% do financiamento privado total destinado à Ciência Política nos EUA, um dado notável tanto pelo volume quanto pela importância do setor privado no apoio à pesquisa no país (Feres Junior, 2000).

Com a credibilidade da agência firmada, foi possível estabelecer uma rede de intercâmbio científico entre o campo intelectual norte-americano e diversas nações, incluindo o Brasil. Inicialmente, o financiamento concentrou-se no envio de pesquisadores brasileiros aos Estados Unidos e na vinda de professores norte-americanos ao Brasil. Em seguida, passou a apoiar a criação e o fortalecimento de centros e instituições de pesquisa no país, como o IUPERJ e o DCP-UFMG (Forjaz, 1997).

Dessa forma, não ocorreu apenas um intercâmbio de ideias e o contato de intelectuais brasileiros com as principais teorias, premissas e metodologias de um campo dominado pelo neo-institucionalismo e behaviorismo em ciência política, mas também a viabilização da criação de instituições capazes de produzir e perpetuar esse novo modelo de cientificidade ao longo das gerações. Esse processo foi liderado por intelectuais brasileiros que retornaram ao país após o intercâmbio, como Fábio Wanderley Reis no DCP-UFMG e Wanderley Guilherme dos Santos no IUPERJ. Ao serem reelaboradas em diálogo com a estrutura do Estado brasileiro, com o padrão de desenvolvimento dependente e com a experiência autoritária, essas abordagens passam a adquirir feições próprias, reforçando o argumento de que não se tratou de mera importação teórica, mas de um processo ativo de adaptação e reinterpretação.

A centralidade conferida às classes sociais e a adesão à noção de totalidade, elementos fundamentais para uma crítica profunda e transformadora do sistema capitalista, revelam-se inadequados para o novo modelo científico emergente, que os considera instrumentos insuficientes para a análise do mundo social e das dinâmicas intrínsecas ao campo político. Tal perspectiva implica a ruptura com qualquer intenção teórica e política de transcendência ao sistema vigente. Nesse cenário, os Estados Unidos demonstram interesse na formação de uma ciência política específica, que surge no interior do país e se expande internacionalmente. Em substituição a um constructo científico crítico, frequentemente associado a posturas antiamericanas e pró-União Soviética, legitima-se um modelo científico percebido como sofisticado, racional e autônomo em relação ao anterior. Assim, institui-se um adversário científico destinado a contestar a hegemonia do marxismo em áreas estratégicas do conhecimento político. No caso brasileiro, esse movimento se materializa justamente na consolidação de uma ciência política que, ao mesmo tempo em que se pretende tecnicamente neutra e metodologicamente rigorosa, é produto de um contexto geopolítico específico e de redes institucionais atravessadas por disputas ideológicas globais.

Ditadura militar e condicionantes nacionais na gênese da ciência política brasileira

A ciência política no Brasil, em sua gênese, enfrentou um desafio intelectual significativo, pois sua autonomia era bloqueada pela forte tradição sociológica vigente, que interpretava as dinâmicas políticas a partir de um viés teórico-metodológico bastante distinto do representado pela

political science – que, mais tarde, se tornaria a principal inspiração para os cientistas políticos brasileiros (Keinert; Silva, 2010). Além disso, essa nova empreitada científica sofria de um déficit institucional: enquanto a sociologia de matriz francesa e alemã contava com uma base institucional sólida, como a Universidade de São Paulo, que proporcionava o desenvolvimento e a produção de uma prática científica compartilhada entre pares, a ciência política de matriz norte-americana carecia das mesmas condições técnicas para seu avanço até o período do governo militar.

A ruptura institucional de 1964, entretanto, modificou de forma profunda as condições materiais para o desenvolvimento da vida científica no Brasil, refletindo-se diretamente na trajetória da própria ciência política. A disciplina desenvolveu-se em meio a tensões e eventos políticos, econômicos e sociais que provocaram uma série de impactos teóricos, metodológicos, institucionais e pessoais em toda a comunidade de cientistas sociais do país. Se não podemos, com ingenuidade teórica, supor que a cultura ou a política permaneceram intactas após a instauração do regime, tampouco devemos adotar essa visão ao analisar a interferência do governo autoritário no campo científico. A ditadura não é um simples pano de fundo para o desenvolvimento das ciências sociais a partir da década de 1960; ela deve ser colocada como um elemento central da análise, para compreender o grau de impacto e as reestruturações que o campo científico experimentou naquele contexto.

O período pós-1964 provoca não apenas mudanças nas dinâmicas institucionais do espaço científico, com o fechamento de antigos institutos e a criação de novos, mas também impõe à vida intelectual um profundo constrangimento político. Em outras palavras, a nova ordem política transforma tanto as possibilidades quanto as condições para a produção científica no Brasil. Assim, as dimensões econômica e política tornam-se essenciais para a compreensão do espaço científico.

A instauração do regime autoritário marca a formação de um Estado autocrático (Fernandes, 1976) que, em vez de respeitar os limites e as simbologias dos demais campos, se impõe de maneira repressiva sobre toda a sociedade, incluindo a atividade científica. Esse poder estatal repressivo se manifesta por meio dos Atos Institucionais, dispositivos legais que, a cada reformulação, ampliavam as possibilidades de interferência do Estado nas demais esferas, sobretudo a econômica. No plano intelectual, isso significou vigilância, censura, aposentadorias compulsórias e a desestruturação de espaços institucionais já consolidados.

É nesse contexto de extrema repressão social que ocorre a gênese da ciência política brasileira, um processo no qual seus pioneiros tiveram que resistir tanto no plano pessoal quanto institucional. Logo após 1964, a vida intelectual passou por uma intensa e progressiva rearticulação, tendo como uma das primeiras medidas do governo o fechamento do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) (Lynch, 2020). Essa ação repressiva não apenas eliminou institucionalmente uma prática científica, mas também alterou profundamente a trajetória de seus participantes, muitos dos quais enfrentaram a perda de seus postos de trabalho, o impedimento à continuidade de seus estudos e uma repressão constante, mesmo após o encerramento do Instituto.

Junto ao elemento repressivo da ditadura sobre a vida intelectual soma-se outra característica fundamental: o caráter modernizador do governo militar (Keinert, 2009; Motta, 2014). Assim como o regime não adotou uma postura uniforme em relação à economia, alternando diretrizes e decisões muitas vezes contraditórias que apontavam para rumos opostos (Macarini, 2006; Sato, 1998), o mesmo se observa no campo científico. A crítica legítima e necessária ao caráter repressivo do novo regime não deve, de forma alguma, obscurecer seus efeitos modernizadores, sob o risco de minimizar a força e a complexidade da oposição ao governo militar. Pelo contrário, é justamente ao examinar as dinâmicas contraditórias da ditadura que podemos realizar uma análise mais madura e eficaz dos seus impactos. Essa ambivalência é decisiva para compreender como, em meio à coerção, foram abertas oportunidades institucionais que beneficiaram áreas emergentes como a ciência política.

Alguns acontecimentos ilustram essa postura paradoxal do regime militar, como a Reforma Universitária de 1968, a facilitação das relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos e o financiamento à modernização do espaço institucional – todos elementos fundamentais para a constituição da ciência política brasileira (Martins, 2009). Dessa forma, existem afinidades entre o projeto de institucionalização e crescimento da ciência política e o ímpeto modernizador do governo militar (Keinert, 2009). Assim, a relação entre a ditadura e o desenvolvimento da ciência política é complexa: por um lado, o regime militar impôs um impacto negativo à disciplina, estabelecendo uma relação de tutela e coerção sobre os centros de pesquisa e pesquisadores brasileiros; por outro, a ditadura também impulsionou uma modernização acadêmica, sem a qual dificilmente teria ocorrido a institucionalização da disciplina naquele período.

Por fim, como último ponto a ser elucidado na reconstrução do contexto social da ditadura e seu impacto na vida intelectual,

temos o processo de implementação da Reforma Universitária, Lei nº 5.540, sancionada pelo governo militar em 28 de novembro de 1968. Assinada um mês antes do **Ato Institucional nº 5** (AI-5) pelo então presidente Costa e Silva, essa lei consolida as complexas relações entre repressão e modernização durante o regime militar. Conforme analisam Alves e Oliveira (2014), a reforma fazia parte do objetivo central da ditadura de vincular a educação ao desenvolvimento econômico, sendo um componente fundamental do projeto político-econômico do “Brasil Grande Potência”. Essa não foi a única reforma do período com tal intuito; outro exemplo foi a tentativa de profissionalização compulsória do ensino de 2º grau, expressa pela Lei nº 5.692/71 (Cunha, 2014).

A lei da Reforma Universitária é estudada tanto por seu impacto na ditadura quanto por introduzir a estrutura de pós-graduação seguida até hoje no Brasil (Alves e Oliveira, 2014). Um dos elementos importantes relacionados aos bastidores da reforma foram as mobilizações populares, sobretudo do movimento estudantil, em relação ao problema dos candidatos sem vagas – aqueles que passavam no vestibular, mas permaneciam longos períodos aguardando serem chamados, devido à escassez de vagas no ensino superior (Ridenti, 2010). Dessa forma, cedendo às pressões pela realização da reforma, para reduzir os protestos e conduzir as mudanças na direção que lhe convinha, o governo passou a elaborar Grupos de Trabalho para pensar e formular o texto da reforma.

A Reforma Universitária de 1968 foi inspirada no Parecer Sucupira (Parecer nº 977 CES/CFE/1965), que propunha a experiência universitária norte-americana como modelo para o Brasil (Alves e Oliveira, 2014). A partir dessa orientação, foram implementadas no país diversas práticas acadêmicas inspiradas no sistema estadunidense, como a estruturação da pós-graduação em mestrado e doutorado, a divisão entre seminários iniciais e dissertação final, o fim das cátedras e a institucionalização da pesquisa, processos que começaram a ser consolidados a partir de meados da década de 1960. Essas mudanças estruturais criaram as bases institucionais que permitiram a consolidação de novos campos disciplinares, entre eles a ciência política.

Cabe indicar que o nível de subordinação do novo governo às imposições e aos interesses norte-americanos não se revela apenas nos planos econômico e político (interno e externo): o “grande irmão do Norte” foi tomado como modelo em toda a linha. Por exemplo: é no governo Castelo Branco, entre 1965 e 1966, que se firmam os acordos com o governo norte-americano (...) a partir dos quais a ditadura adequará a estrutura de todo o ensino brasileiro às transformações educacionais que importaria ao país. A reforma universitária (promovida a partir de 1968, mas

também a dos graus inferiores do ensino, efetivada a partir de 1971) teve por base aqueles acordos, que garantiram a “assessoria” de técnicos como Rudolf Atcon — a cujas sugestões se somaram propostas de especialistas brasileiros, inspiradas nas teses do IPES e reunidos em torno do coronel Meira Matos. (Netto, 2014, p. 80)

Essa influência dos EUA é expressa não apenas pelo Parecer, mas também pelos convênios entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), que buscavam fontes de recurso para o financiamento da educação brasileira, com o objetivo de fornecer mão de obra para o projeto nacional da ditadura militar brasileira (Aroni, 2017). Uma das consequências mais expressivas das escolhas tomadas pela Reforma foi o incentivo à privatização do ensino, permitindo ao Estado restringir seus investimentos e promovendo o fortalecimento de faculdades privadas como forma de suprir a demanda por vagas, contudo, sem o uso de fundos públicos.

Apesar das limitações e contradições de uma reforma instituída pela ditadura e moldada aos seus interesses político-econômicos, a lei de 1968 teve um papel fundamental para a modernização e o desenvolvimento da produção científica (Saviani, 2008). Dessa forma, a partir de 1968, a expansão do sistema de pós-graduação foi impulsionada, tendo sido fundamentais para esse feito as ações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), responsáveis, respectivamente, pelo fomento, avaliação, incentivo e produtividade dos pesquisadores, assim como os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), promovidos desde a década de 1970 (Alves e Oliveira, 2014). Esse novo arranjo institucional ampliou as condições de profissionalização e especialização acadêmica, favorecendo diretamente a consolidação da ciência política como área autônoma.

Portanto, como foi analisado ao longo deste tópico, a gênese da ciência política brasileira foi profundamente marcada por diversos fatores políticos e econômicos, os quais, sob a centralização da ditadura militar, estabeleceram novas regras para a vida intelectual no Brasil. Se, por um lado, a repressão ditatorial limitou e controlou a produção intelectual, por outro, o impulso modernizador do governo, aliado ao estreitamento das relações com os Estados Unidos e à implementação da Reforma Universitária, abriu caminho para uma significativa modernização do espaço acadêmico. É nesse entrelaçamento entre coerção política, modernização institucional e circulação internacional de modelos científicos que se tornam inteligíveis as condições nacionais de emergência da disciplina.

A “nacionalização” das premissas teórico-epistemológicas da ciência política norte-americana

O intercâmbio acadêmico financiado pela Fundação Ford, ao viabilizar a inserção de pesquisadores brasileiros em instituições estadunidenses, desempenhou papel decisivo na introdução de novos referenciais teóricos e metodológicos no espaço científico brasileiro. Mais do que simples circulação internacional de pesquisadores, esse processo operou como um dos principais vetores da *nacionalização* de paradigmas da ciência política norte-americana, isto é, de sua incorporação seletiva e reinterpretação à luz das condições históricas e políticas brasileiras. Compreender a constituição desse subcampo requer, portanto, uma análise crítica dos paradigmas dominantes no campo intelectual norte-americano e de sua recepção seletiva em solo brasileiro. Nesse escopo, João Feres Jr. (2000), em *Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar*, propõe uma leitura elucidativa da trajetória da ciência política nos Estados Unidos como chave hermenêutica para a compreensão do processo de institucionalização da disciplina no Brasil.

Feres destaca que o ambiente político-intelectual da década de 1930 foi profundamente reconfigurado pela imigração de intelectuais judeus-alemães – como Herbert Marcuse e Leo Strauss – que, ao fugirem do regime nazista, introduziram críticas incisivas ao liberalismo estadunidense e à pretensa neutralidade valorativa da ciência política empiricista. Tais críticas, ao denunciarem o relativismo moral subjacente à separação entre fatos e valores, foram recebidas com forte resistência, frequentemente permeada por discursos xenofóbicos e antisemitas, que deslegitimavam os autores imigrantes como incapazes de apreender as supostas virtudes do sistema político norte-americano (Gunnell, 1988 apud Feres Jr., 2000, p. 100).

A resposta teórica a esse embate foi a consolidação da chamada *Behavioral Revolution*, que se propôs a refundar a ciência política sob os moldes das ciências naturais, com ênfase na observação empírica, na mensuração quantitativa e na formalização metodológica (Easton, 1953). Essa virada paradigmática implicou a cisão entre análise normativa e investigação empírica, consolidando a primazia de um modelo epistemológico orientado à neutralidade científica e à replicabilidade dos dados (Feres Junior, 2000).

A institucionalização desse paradigma ganhou impulso com a criação, em 1954, da Divisão de Ciências Sociais da *National Science Foundation*, cuja agenda priorizava a expansão do uso do *survey* como técnica privilegiada de pesquisa. No entanto, o alto custo e a complexidade operacional do método implicaram uma crescente dependência das pesquisas em relação a fontes de financiamento, como a própria Fundação Ford. Tal estrutura de financiamento, ao condicionar a escolha de objetos e enfoques temáticos, impôs limites substantivos ao exercício da autonomia científica, conformando os contornos analíticos da disciplina aos imperativos ideológicos da Guerra Fria (Feres Junior, 2000). Esse vínculo entre financiamento, agenda de pesquisa e contexto geopolítico é fundamental para compreender como tais paradigmas chegariam ao Brasil já imersos em disputas ideológicas e em concepções específicas sobre o papel da ciência social no mundo bipolar.

A partir da década de 1960, o behaviorismo entra em declínio, sendo gradualmente substituído, em termos de hegemonia disciplinar, pelo neo-institucionalismo (Peres, 2008). Embora apresentem diferenças substantivas quanto à unidade analítica central – o comportamento individual, no primeiro, e as instituições, no segundo –, ambos compartilham uma matriz metodológica comum, alicerçada na quantificação, na modelagem formal e no empirismo rigoroso. A continuidade entre esses paradigmas revela a persistência de uma concepção cientificista da política que, ainda que transformada, continuou a orientar a formação teórico-metodológica dos cientistas políticos brasileiros inseridos nos programas de intercâmbio com os Estados Unidos. É justamente essa continuidade que será posteriormente objeto de apropriação seletiva e reinterpretação no processo de nacionalização da disciplina no Brasil.

O neo-institucionalismo na ciência política, conforme analisado por Hall e Taylor (2003), caracteriza-se tanto por suas articulações externas, em confronto e síntese com paradigmas anteriores, quanto por distinções internas, que estruturam o campo em três principais vertentes: o institucionalismo histórico, o institucionalismo sociológico e o institucionalismo da escolha racional. A premissa fundamental que unifica essas abordagens é a centralidade analítica das instituições na organização da vida social e na produção de resultados políticos.

Embora essa premissa pareça intuitiva, ela implica uma tomada de posição teórica relevante, ao inserir-se nos debates fundacionais da disciplina sobre o lócus explicativo da ação política. Ao afirmar que as instituições constituem a unidade de análise privilegiada, o neo-institucionalismo disputa o núcleo epistemológico da ciência política.

Dessa centralidade decorre o foco na análise das variáveis institucionais como elementos explicativos das dinâmicas políticas e sociais. O paradigma rejeita interpretações puramente comportamentais ou psicologizantes da ação, privilegiando a compreensão de como determinados arranjos institucionais produzem regularidades, moldam preferências e delimitam os horizontes de ação dos agentes. Nesse sentido, as instituições operam como estruturas de constrangimento e indução, definindo incentivos e limitando estratégias possíveis – o que estabelece uma relação direta entre regras institucionais e escolhas individuais e coletivas (Peres, 2008).

Além disso, reconhece-se que os atores não apenas reagem mecanicamente às instituições, mas interpretam e respondem às regras que estas inscrevem. Tal interação configura um campo dinâmico, no qual a ação política é simultaneamente condicionada e constituinte das estruturas institucionais.

Em síntese, o neo-institucionalismo redefine a relação entre Estado e indivíduo, propondo uma matriz explicativa em que instituições não apenas regulam, mas estruturam preferências, comportamentos e resultados políticos. No entanto, como se argumenta neste artigo, sua incorporação no Brasil não se deu de forma passiva, mas por meio de deslocamentos e reinterpretations que responderam a problemas específicos colocados por um contexto autoritário e por uma tradição intelectual distinta.

No caso da Ciência Política, o recorte institucional foi processado por uma redução radical das variáveis explicativas fundamentais, concentrando-se quase exclusivamente no desenho constitucional e nas regras que presidem o “jogo político”. A cultura, as crenças, os valores, enfim, as instituições sociais e até mesmo a estrutura econômica passaram a ser considerados, todos, elementos exógenos tanto ao fenômeno estritamente político como ao conjunto de variáveis explicativas das decisões coletivas. Na maioria das vezes, tais instituições se quer são consideradas, num processo – para muitos, problemático – semelhante ao *ceteris paribus* da Economia, pelas quais estas simplesmente deixam de ser variáveis para se tornarem constantes não intervenientes no fenômeno. (Peres, 2008, p. 64)

Lynch (2020), ao examinar a obra de Wanderley Guilherme dos Santos, observa sua aversão a todas as formas de “ortodoxias esterilizantes” (p. 8), incluindo o neo-institucionalismo. No entanto, mais relevante do que debater uma eventual adesão explícita ao paradigma, é reconhecer a presença estrutural de suas premissas analíticas na produção do autor. Em especial, nota-se a ênfase na centralidade das variáveis políticas e na defesa de sua autonomia explicativa frente a fatores econômicos, traço que se manifesta com particular

intensidade em suas análises sobre a ditadura militar (Santos, 1986). Tais afinidades, longe de serem isoladas, representam um traço mais amplo do processo de legitimação da ciência política brasileira enquanto disciplina autônoma, diferenciando-se da sociologia política a partir dos anos 1960. Esse movimento expressa precisamente a forma nacionalizada de apropriação do paradigma: preserva-se a centralidade da política, mas deslocam-se seus usos analíticos para a compreensão de um regime não democrático.

O retorno ao campo teórico norte-americano, nesse contexto, busca compreender o universo formativo da primeira geração de cientistas políticos brasileiros e os impactos que ele teve na constituição de seu perfil intelectual. Entretanto, não se trata aqui de propor uma leitura reducionista, que enxergue a institucionalização da ciência política no Brasil como mera reprodução dos paradigmas estadunidenses – seja do behaviorismo, seja do neo-institucionalismo. Ao contrário, propõe-se pensar o processo em termos de uma “nacionalização” desses referenciais, cujas premissas gerais foram reinterpretadas e mobilizadas à luz das especificidades do contexto político brasileiro. Esse processo foi mediado tanto por condições materiais (financiamento, bolsas, circulação internacional) quanto por disputas ideológicas próprias da Guerra Fria, dimensões que se entrelaçam na atuação de agências como a Fundação Ford.

De fato, um paradigma concebido para formar especialistas voltados à intervenção técnica em democracias liberais (Keinert; Silva, 2011) foi transplantado para uma realidade marcada pela ditadura militar. Assim, o neo-institucionalismo, originalmente formulado para compreender regimes democráticos, passou a ser instrumentalizado no Brasil como ferramental analítico voltado à interpretação do autoritarismo e da instabilidade política (Lessa, 2011; Lamounier, 1981). Essa inflexão constitui um dos núcleos do processo de nacionalização aqui proposto.

Nesse sentido, o intercâmbio acadêmico promovido e financiado pela Fundação Ford revelou-se determinante na reorientação teórico-metodológica da primeira geração de cientistas políticos brasileiros. Sua atuação combinou apoio financeiro à formação avançada no exterior com a difusão de agendas e estilos de pesquisa alinhados ao horizonte intelectual da Guerra Fria, o que contribuiu para redefinir os padrões de legitimidade científica no campo emergente da ciência política brasileira. As trajetórias de Wanderley Guilherme dos Santos e Fábio Wanderley Reis são ilustrativas desse processo. Ambos iniciaram suas carreiras sob forte influência do marxismo: Santos foi professor do ISEB, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e integrante do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), com clara

inspiração marxista, como revela seu ensaio “Quem dará o golpe no Brasil?” (1962). O PCB, nesse período, exercia hegemonia sobre a esquerda brasileira, condição drasticamente alterada após o golpe de 1964, quando se inicia um processo de recomposição do campo político e de reavaliação teórica (Ridenti, 2010). De maneira análoga, ainda que sem filiação partidária direta, Reis (2016) relata a presença marcante do marxismo em sua formação na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, em especial no contexto das reformas do governo João Goulart.

Contudo, entre o início e o final da década de 1960, ambos passam por um processo de reconfiguração intelectual, abandonando o marxismo em favor de uma perspectiva orientada por parâmetros mais “cientificistas”, vinculados à formação de uma ciência política autônoma e institucionalizada. Tal reconversão foi motivada tanto pela conjuntura política – marcada pelo golpe de 1964 e pela necessidade de interpretar suas causas e consequências – quanto pela inserção desses autores em novos circuitos intelectuais. Santos realizou sua pós-graduação em Stanford com bolsa da Fundação Ford, e Reis, igualmente financiado, estudou em Harvard.

É importante ressaltar, contudo, que o financiamento internacional não deve ser interpretado como causa única dessa transformação. Houve, sobretudo, uma inflexão no horizonte intelectual, impulsionada pela percepção da suposta insuficiência das categorias marxistas para explicar o novo cenário político. Nas memórias e escritos dos próprios autores, percebe-se que o abandono do marxismo não decorreu apenas de uma adesão ao anticomunismo da Guerra Fria, mas da constatação de seus limites analíticos diante das novas exigências do campo político-intelectual (Ridenti, 2010). Ainda assim, esse deslocamento ocorreu dentro de um ambiente institucional e intelectual moldado por redes internacionais de fomento e circulação de ideias, o que reforça o caráter mediado – e não espontâneo – da nacionalização desses referenciais.

Considerações Finais

Em síntese, a constituição da ciência política no Brasil não pode ser interpretada como simples difusão de paradigmas exógenos, tampouco como desdobramento linear da institucionalização mais ampla das ciências sociais. Sua consolidação resultou da confluência entre transformações políticas internas, reconfigurações institucionais do ensino superior e dinâmicas internacionais próprias ao contexto da

Guerra Fria, que incidiram diretamente sobre agendas de pesquisa, critérios de legitimidade e formas de organização do campo.

A atuação da Fundação Ford evidenciou a imbricação entre dimensões materiais e ideológicas, na medida em que o financiamento acadêmico se articulou à circulação de referenciais teóricos, metodologias e valores associados à ciência política norte-americana. Ainda assim, tal processo esteve longe de configurar mera reprodução. A incorporação desses referenciais ocorreu de modo seletivo, situado e mediado por tradições intelectuais prévias, configurando um movimento de **nacionalização do neo-institucionalismo**, no qual categorias analíticas, problemas de pesquisa e enquadramentos teóricos foram reelaborados à luz das especificidades históricas e políticas brasileiras.

Desse modo, a institucionalização da área revelou-se um processo relacional, historicamente situado e internamente disputado, marcado por tensões entre dependência e autonomia, circulação internacional de ideias e mediações locais. Reconhecer essa historicidade permite compreender a ciência política brasileira não como formação acabada, mas como campo em permanente constituição, atravessado por heranças intelectuais, condicionantes estruturais e escolhas coletivas que seguem moldando suas formas de produção de conhecimento e seus horizontes de problematização.

Referências

ALVES, Miriam Fábila; OLIVEIRA, João Ferreira de. Pós-graduação no Brasil: do regime militar aos dias atuais. *RBP*, v. 30, n. 2, p. 351-376, maio/ago. 2014.

ARONI, Allan. 50 anos da Reforma Universitária de 1968: a reforma que não acabou. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 17, n. 3(46), p. 219-243, jul./set. 2017.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. Sobre as artimanhas da razão imperialista. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 1, 2002.

BRANDÃO, Gilmar. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.

BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary. *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Rio de Janeiro: Fundação Ford, 2002.

CAMPOS, Névio. Missão francesa na USP (1934 e 1954): dois acontecimentos, dois recortes. *Revista de História e Historiografia da Educação*, Curitiba, v. 3, n. 9, p. 101-128, set./dez. 2019.

CANÊDO, Letícia. Les boursiers de la Fondation Ford et la recomposition des sciences sociales brésiliennes: le cas de la science politique. *Cahiers de la recherche sur l'éducation et les saviors*, hors-série, n. 2, p. 33-55, 2009.

CHAVES, Wanderson da Silva. A Fundação Ford e o Departamento de Estado Norte Americano: a montagem de um modelo de operações no pós-guerra. *Revista Crítica Histórica*, ano VI, n. 11, jul. 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. *Cadernos de Pesquisa*, v. 44, n. 154, p. 912-933, out./dez. 2014.

FERES JUNIOR, João. Aprendendo com o erro dos outros: o que a história da ciência política americana tem a nos contar. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 15, p. 97-110, nov. 2000.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 35, nov. 1997.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, n. 58, 2003.

JACKSON, Luis Carlos; BARBOSA, Darlan. História das ciências sociais brasileiras. In: MARTINS, Carlos Benedito; MICELI, Sergio (org.). *Sociologia brasileira hoje*. Cotia: Ateliê, 2017.

KEINERT, Fábio Cardoso. A geração pós-68 de cientistas sociais no Brasil. In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Fortaleza, 2009.

KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dmitri Pinheiro. A gênese da ciência política brasileira. *Tempo Social*, São Paulo, v. 22, n. 1, 2010.

LAMOUNIER, Bolivar. A ciência política no Brasil: roteiro para um balanço crítico. In: LAMOUNIER, Bolivar (org.). *Ciência política nos anos 80*. Brasília: UnB, 1982.

LESSA, Renato. O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista. *Estudos Hum(e)anos*, n. 2, 2011.

LUKÁCS, György. A destruição da razão. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Um pensador da democracia: a ciência política de Wanderley Guilherme dos Santos. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 63, 2020.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Costa e Silva 1967-1969. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 453-489, set./dez. 2006.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MICELI, Sergio. A Fundação Ford no Brasil. São Paulo: Sumaré, 1993.

MICELI, Sergio. História das Ciências Sociais no Brasil. v. 1. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais; IDESP, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Entre o fato político e o fato científico.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Atual, 1998.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964–1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

PERES, Paulo Sérgio. **Comportamento ou instituições: a evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 68, out. 2008.

REIS, Fábio Wanderley. **Huis clos no Chile e ciência política no Brasil**. In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos R. S.; BRAGA, Maria do Socorro (org.). *A ciência política no Brasil (1960–2015)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ROCHA, Ednéia Silva Santos. **Fundações privadas americanas e suas relações com o desenvolvimento científico**. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 9, n. 17, jan./jun. 2017.

RODRIGUES, Lidiane Soares. **Brazilian political scientists and the Cold War: Soviet hearts, North-American minds (1966–1988)**. *Science in Context*, v. 33, p. 145–169, 2020.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Quem dará o golpe no Brasil?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda., 1986.

SATO, Eiiti. **40 anos de política externa brasileira, 1958–1998: três inflexões**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 41, n. esp., p. 8–28, 1998.